ISSN: 2358-8829

PROFESSORES DO EJAI, EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DAS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008

Anne Caroline Mourão Salheb do Amaral [1]
Edivania Santos Alves [2]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho emergiu durante o andamento da bolsa de pesquisa Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) 2025/2026 intitulado "Educação Antirracista e a Formação de Professoras/es na Licenciatura Integrada-IEMCI" sob a orientação da professora Dra. Edivania Alves. A pesquisa iniciou em uma escola pública em Belém-PA na modalidade de Educação de Jovens Adultos e Idosos (EJAI). Com intuito de investigar sobre o entendimento docente e as práticas pedagógicas voltadas à temática étnico-racial subsidiadas pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Sobre a Educação de Jovens Adultos e Idosos (EJAI) constitui uma modalidade da Educação Básica direcionado a pessoas que não tiveram acesso à escolarização na idade apropriada segundo o Conselho Nacional de Educação (CNE) com base na Lei Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Sua trajetória histórica no Brasil está vinculada às desigualdades sociais, econômicas e educacionais que ao longo dos séculos dificultaram o acesso de parcelas consideráveis da população à educação escolar.

Neste sentido a EJAI representa não apenas uma oportunidade de escolarização, mas também um direito essencial e um recurso de participação social, emancipação e exercício da cidadania. Historicamente as primeiras iniciativas de educação no Brasil estiveram ligadas à ação dos Jesuítas, por meio das atividades de catequização, durante o período colonial. Importante reafirmar que essas práticas de educação orientadas pela

[1] Graduanda do Curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens da Universidade Federal do Pará - UFPA, anne.amaral@iemci.ufpa.br;
[2] Doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará.
Professora no curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens da Universidade Federal do Pará-UFPA, edivania@ufpa.br;

Igreja Católica foram orientadas pela negação e recusa do estatuto de humanidade para os indígenas.

Por séculos, a escolarização permaneceu restrita a determinados grupos sociais, enquanto grande parte da população, especialmente pessoas pobres, negras, indígenas e trabalhadores, encarava barreiras para acessar o ensino formal. A partir do século XX, a educação de jovens e adultos passou a receber maior atenção do poder público, especialmente diante dos debates sobre alfabetização, desenvolvimento nacional e ampliação dos direitos sociais.

Entre os principais marcos históricos estão as campanhas de alfabetização de adultos nas décadas de 1940 e 1950 e as experiências de educação popular desenvolvidas por Paulo Freire. No início da década de 1960 sua proposta defendia uma educação baseada no diálogo, na reflexão crítica e na valorização dos conhecimentos e das experiências dos educandos compreendendo a alfabetização como parte de um processo de conscientização e transformação social.

A desigualdade social marca profundamente a educação na EJAI, quando os alunos relatam suas vivências e motivos que os levaram a parar de estudar. Verificamos na maioria dos relatos a vinculação a situações financeiras em que esses indivíduos precisam sustentar suas famílias submetidos a jornada de trabalho longas e exaustivas que dificultam sua presença na escola.

> Portanto, a maneira como os seres humanos produzem os seus meios de vida- que permitiu a organização da escola como um espaço separado da produção. Logo, a separação também é uma forma de relação, ou seja: nas sociedades de classes a relação entre trabalho e educação tende a se manifestar sob a forma da separação entre escola e produção. SAVIANI (2025, p. 90)

A pesquisa direciona-se para a formação do professor na perspectiva étnico-racial sobre seus conhecimentos e no uso dessa educação antirracista que refletem suas práticas pedagógicas, subsidiadas pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Neste sentido Gomes (2003) defende que discutir a cultura negra no contexto escolar exige que educadores e educadoras assumam um posicionamento político diante da questão racial, compreendendo sua relação com os aspectos sociais, históricos e culturais do Brasil. Em suma, a autora destaca a importância de práticas multiculturais comprometidas com a valorização da cultura negra e com o reconhecimento das ações afirmativas como instrumentos de enfrentamento às desigualdades raciais.

Analisamos o desconhecimento intencional ou mera ignorância das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e logo uma lacuna nas práticas pedagógicas dirigidas a questões étnico-raciais e pouco explorada pelo corpo docente direcionando essa educação para docentes dos componentes curriculares de Geografia, História e Artes, na maioria das vezes sendo dialogada no mês de Novembro não sendo suficiente para internalização da aprendizagem sobre a ancestralidade, cultura e diversidade desses povos, contribuindo para uma educação rasa nessa perspectiva antirracista.

Diante disso, os estudos teóricos e os diálogos desenvolvidos no âmbito acadêmico juntamente com o grupo de pesquisa Axé Odara coordenado pela professora Edivania Alves foram fundamentais para construir as bases de aprendizagem e de letramento racial necessárias ao desenvolvimento da investigação. Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas utilizadas para analisar as comunicações, apresentando diferentes formas de aplicação e podendo ser empregada em diversos campos de estudo.

Gil (2002) enfatiza que as pesquisas descritivas são frequentemente realizadas por pesquisadores sociais interessados em compreender situações concretas e contribuir para a atuação prática, sendo também utilizadas por diferentes instituições e, geralmente, desenvolvidas por meio de levantamentos de dados.

A partir dessa fundamentação, a pesquisa foi conduzida de maneira sistematizada, adotando uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e investigativo, com o objetivo de compreender as questões relacionadas à educação antirracista no contexto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). O estudo está pautado metodologicamente em quatro fases, como:

- Estudo bibliográfico desenvolvido a partir das leituras e discussões realizadas durante as reuniões com a professora orientadora, em conjunto com os integrantes do grupo de pesquisa Axé Odara, do qual a professora é coordenadora. Essas atividades contribuíram para o aprofundamento teórico e a reflexão empírica sobre as temáticas abordadas na pesquisa.
- Realização de conversas com os professores da EJAI da escola pública selecionada, com o objetivo de apresentar e dialogar sobre o plano de trabalho da pesquisa. Posteriormente, foi aplicado um formulário com questões voltadas à temática étnico-racial, buscando compreender as

percepções e experiências dos docentes acerca da educação para as relações étnico-raciais no contexto escolar.

- Realização de uma aula na disciplina de Artes, sob a orientação da professora regente Daniela Briaca, abordando os países africanos classificados para a Copa do Mundo de 2026. Para a atividade, foram selecionados quatro países, cada um representando uma das regiões do continente africano, com o objetivo de apresentar sua diversidade cultural e geográfica, valorizando as identidades, as histórias e as culturas dos povos africanos.
- Aplicação de um formulário com perguntas relacionadas à temática abordada na aula, direcionado aos estudantes da EJAI e à professora regente, com o objetivo de identificar os conhecimentos adquiridos, as percepções e as reflexões dos participantes sobre os países africanos estudados e sua diversidade cultural e geográfica.

A educação antirracista constitui um importante campo de discussão no contexto educacional brasileiro, sobretudo diante da permanência das desigualdades raciais e dos processos históricos de silenciamento das populações negras e indígenas na formação da sociedade. Nesse sentido, a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 representam marcos legais fundamentais para o reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008). Entretanto, a existência dessas legislações não garante sua efetivação nas práticas pedagógicas, uma vez que sua implementação também está relacionada à formação inicial e continuada dos professores, ao conhecimento das relações étnico-raciais e à superação de perspectivas eurocêntricas presentes nos processos educativos. Conforme Gomes (2012), a descolonização dos currículos constitui um desafio para a educação escolar, exigindo o reconhecimento e a valorização das culturas historicamente negadas e silenciadas.

Nessa perspectiva, o Movimento Negro desempenha papel fundamental na construção de conhecimentos e práticas educativas voltadas à emancipação e ao enfrentamento do racismo, contribuindo para a transformação dos currículos e da formação docente (GOMES, 2017). Na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI),

essas discussões assumem particular relevância, considerando a diversidade de trajetórias e experiências dos sujeitos que compõem essa modalidade de ensino. Diante disso, este estudo busca discutir e problematizar como o desconhecimento sobre a formação histórica do Brasil, especialmente no que se refere às populações negras e indígenas, pode interferir no cumprimento das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 por professores de uma escola pública de Belém do Pará. A investigação adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e investigativo, utilizando um formulário direcionado aos docentes para compreender seus conhecimentos e suas percepções sobre a educação antirracista e os desafios de sua efetivação no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e investigativo, desenvolvida em uma escola pública de Belém do Pará, na modalidade Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Para a produção dos dados, foi aplicado um formulário com questões direcionadas aos professores, buscando compreender seus conhecimentos e suas percepções acerca da educação antirracista e da implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 no contexto escolar. Além disso, foi realizada uma aula sobre a temática da pesquisa, como atividade de encerramento das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O percurso metodológico possibilitou refletir sobre os desafios da abordagem das relações étnico-raciais na prática docente e sobre a importância da formação de professores para o desenvolvimento de uma educação comprometida com o enfrentamento do racismo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Compreender a formação histórica do Brasil exige reconhecer a participação das populações negras e indígenas na constituição da sociedade brasileira, bem como os processos de violência, exploração, apagamento histórico e resistência que marcaram suas trajetórias. A escravização de africanos e seus descendentes, assim como a colonização e o genocídio de populações indígenas, produziram desigualdades que não se restringem ao passado, pois permanecem presentes nas relações sociais, políticas,

econômicas e educacionais. Nesse contexto, discutir a educação antirracista implica problematizar as formas pelas quais esses processos históricos são apresentados, silenciados ou abordados superficialmente nos espaços escolares.

Gonzalez e Hasenbalg (2022) contribuíram para essa discussão ao evidenciar as contradições da sociedade brasileira e a permanência das desigualdades raciais, questionando a ideia de que a formação nacional ocorreu de maneira harmoniosa entre diferentes grupos étnico-raciais. Sua perspectiva permite compreender que o racismo não se manifesta apenas por meio de atitudes individuais de discriminação, mas também se articula às estruturas sociais e às formas de produção e transmissão do conhecimento. Assim, quando a história e as contribuições das populações negras e indígenas são omitidas ou apresentadas de maneira estereotipada, a escola pode contribuir para a manutenção de representações que inferiorizam esses grupos.

Nessa mesma direção, Carneiro (2023), ao discutir o dispositivo de racialidade, problematiza os mecanismos que estabelecem hierarquias raciais e contribuem para a deslegitimação de pessoas negras enquanto sujeitos produtores de conhecimento. Essa reflexão é relevante para o campo educacional, uma vez que o silenciamento de saberes, histórias e produções intelectuais negras pode contribuir para a reprodução de desigualdades epistemológicas. Portanto, uma educação comprometida com o enfrentamento do racismo precisa reconhecer a pluralidade dos conhecimentos que constituem a sociedade brasileira e questionar a centralidade de perspectivas eurocêntricas nos currículos escolares.

Nessa perspectiva, a educação antirracista não deve ser compreendida como uma ação pontual, restrita a datas comemorativas ou a determinadas disciplinas. Trata-se de um compromisso político-pedagógico que envolve o currículo, a formação docente, os materiais didáticos e as práticas desenvolvidas cotidianamente nas instituições de ensino. A abordagem das relações étnico-raciais requer, portanto, a valorização das contribuições históricas, culturais, científicas e sociais das populações negras e indígenas, reconhecendo suas experiências e seus conhecimentos como constitutivos da história nacional.

Gomes (2012) destaca que a descolonização dos currículos constitui um desafio para a educação escolar, especialmente diante da necessidade de reconhecer e valorizar as culturas historicamente silenciadas nos processos educativos. A autora ressalta a importância de articular currículo, realidade social e formação docente, incorporando os

conhecimentos e as experiências das populações negras às práticas pedagógicas. Nesse sentido, a Lei nº 10.639/2003 representa uma conquista política resultante das lutas históricas do movimento negro e um instrumento importante para promover mudanças nos currículos escolares. Dessa forma, a construção de uma educação antirracista exige superar a abordagem pontual da história e da cultura afro-brasileira, promovendo transformações nas práticas pedagógicas e valorizando a diversidade étnico-racial no ambiente escolar.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 representou um marco para a educação brasileira ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa determinação, incluindo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008).

Gomes (2017) evidencia o papel do Movimento Negro na produção de saberes emancipatórios e na transformação das práticas educativas, destacando sua atuação na luta contra o racismo e na reivindicação de mudanças nas instituições de ensino. Nessa perspectiva, os conhecimentos construídos a partir das lutas sociais contribuem para questionar narrativas eurocêntricas presentes nos currículos e para promover uma educação comprometida com a valorização da história e da cultura negra.

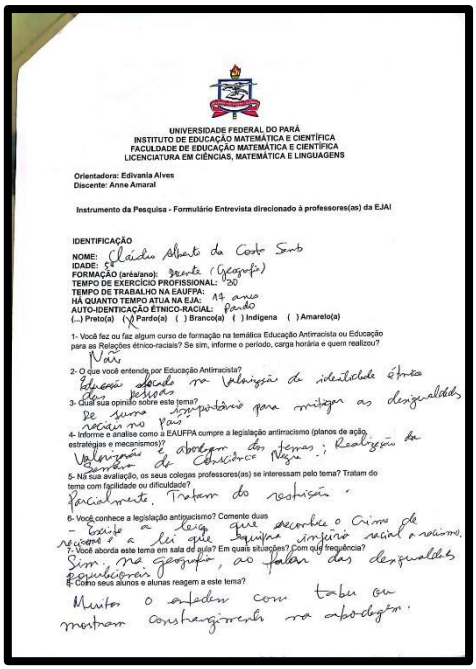
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados produzidos durante a pesquisa realizada em uma escola pública de Belém do Pará, na modalidade Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), possibilitou refletir sobre os conhecimentos e as práticas docentes relacionados à educação antirracista e à implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A partir das respostas obtidas por meio do formulário aplicado aos professores, buscou-se compreender como a temática das relações étnico-raciais é abordada no contexto escolar, considerando os desafios da formação docente e a presença da história e da cultura afro-brasileira e indígena no cotidiano pedagógico. Os resultados são discutidos à luz dos referenciais teóricos que fundamentam este estudo, com destaque para as contribuições de Gomes (2012, 2017) acerca da descolonização dos currículos e do papel do Movimento Negro na produção de conhecimentos emancipatórios.

Apresenta-se, a seguir, a análise do formulário aplicado aos professores de Geografia, História e Lingua Portuguesa da EJAI, considerando suas percepções e práticas relacionadas à educação antirracista.

Nas imagens nomeadas A referem-se ao Professor de Geografia:

A)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E LINGUAGENS

Orientadora: Edivania Alves
Discente: Anne Amaral

Instrumento da Pesquisa - Formulário Entrevista direcionado à professores(as) da EJAI

IDENTIFICAÇÃO
NOME: Cláudio Alberto da Costa Sena
IDADE: 58
FORMAÇÃO (área/ano): Geografia
TEMPO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL: 20
TEMPO DE TRABALHO NA EAUFPA:
HÁ QUANTO TEMPO ATUA NA EJA: 17 anos
AUTO-IDENTICAÇÃO ETNICO-RACIAL: Pardo
(...) Preto(a) (X) Pardo(a) ( ) Branco(a) ( ) Indígena ( ) Amarelo(a)

1- Você fez ou faz algum curso de formação na temática Educação Antirracista ou Educação para as Relações étnico-raciais? Se sim, informe o período, carga horária e quem realizou?
Não

2- O que você entende por Educação Antirracista?
Educação através na valorização da identidade étnica das pessoas

3- Qual sua opinião sobre este tema?
De suma importância para mitigar as desigualdades raciais no País

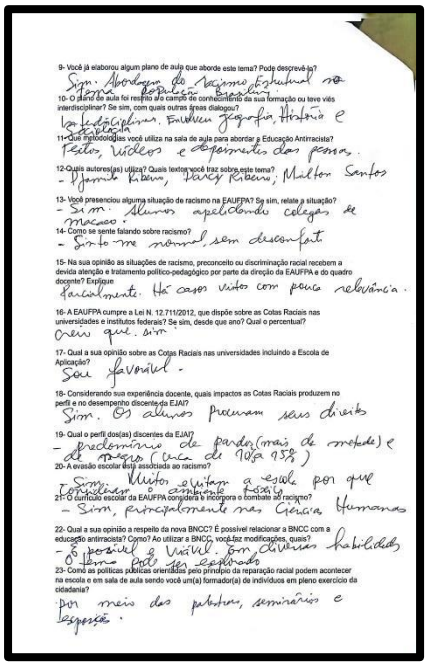
4- Informe e analise como a EAUFPA cumpre a legislação antirracismo (planos de ação, estratégias e mecanismos)?
Valorização e abordagem dos temas; Realização de Seminário de Consciência Negra.

5- Na sua avaliação, os seus colegas professores(as) se interessam pelo tema? Tratam do tema com facilidade ou dificuldade?
Parcialmente. Tratam do restrição.

6- Você conhece a legislação antirracismo? Comente duas
- Existe a lei que descreve o Crime de racismo e a lei que Inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira

7- Você aborda este tema em sala de aula? Em quais situações? Com qual frequência?
Sim; na geografia, ao falar das desigualdades populacionais

8- Como seus alunos e alunas reagem a este tema?
Muitos o estudam com tabu ou mostram constrangimento na abordagem.



9- Você já elaborou algum plano de aula que aborde este tema? Pode descrevê-la?
Sim. Abordagem do racismo Estrutural na formação populacional Brasileira

10- O plano de aula foi restrito ao campo de conhecimento da sua formação ou teve viés interdisciplinar? Se sim, com quais outras áreas dialogou?
Interdisciplinar. Envolveu Geografia, História e Sociologia

11- Que metodologias você utiliza na sala de aula para abordar a Educação Antirracista?
Textos, vídeos e depoimentos das pessoas.

12-Quais autores(as) utiliza? Quais textos você traz sobre este tema?
- Djamila Ribeiro, Darcy Ribeiro; Milton Santos

13- Você presenciou alguma situação de racismo na EAUFPA? Se sim, relate a situação?
- Sim. Alunos apelidando colegas de macaco.

14- Como se sente falando sobre racismo?
- Sinto-me normal, sem desconforto

15- Na sua opinião as situações de racismo, preconceito ou discriminação racial recebem a devida atenção e tratamento político-pedagógico por parte da direção da EAUFPA e do quadro docente? Explique
Parcialmente. Há casos vistos com pouca relevância.

16- A EAUFPA cumpre a Lei N. 12.711/2012, que dispõe sobre as Cotas Raciais nas universidades e institutos federais? Se sim, desde qus ano? Qual o percentual?
Creio que sim.

17- Qual a sua opinião sobre as Cotas Raciais nas universidades incluindo a Escola de Aplicação?
Sou favorável.

18- Considerando sua experiência docente, quais impactos as Cotas Raciais produzem no perfil e no desempenho discente da EJAI?
Sim. Os alunos procuram seus direitos

19- Qual o perfil dos(as) discentes da EJAI?
- predomínio de pardos (mais de metade) e de negros (mais de 70% 95%)

20- A evasão escolar está associada ao racismo?
Sim. Muitos evadem a escola por que consideram o ambiente hostil

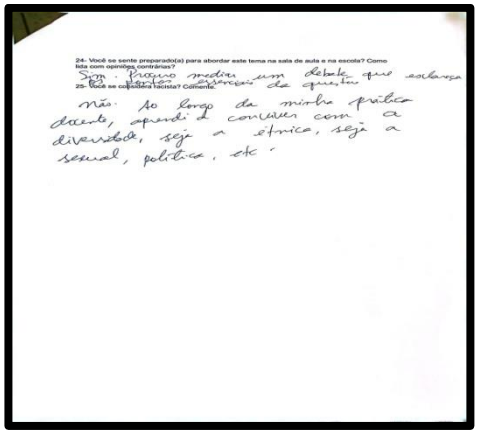
21- O currículo escolar da EAUFPA considera e incorpora o combate ao racismo?
- Sim, principalmente nas Ciências Humanas

22- Qual a sua opinião a respeito da nova BNCC? É possível relacionar a BNCC com a educação antirracista? Como? Ao utilizar a BNCC, você faz modificações, quais?
- É possível e Viável. Em Ciências Habilidades e Temas para ser explorados

23- Como as políticas públicas orientadas pelo princípio da reparação racial podem acontecer na escola e em sala de aula sendo você um(a) formador(a) de indivíduos em pleno exercício da cidadania?
por meio dos painéis, seminários e exposição.

Fonte: Arquivo da pesquisa 2026

Fonte: Arquivo da pesquisa 2026



24- Você se sente preparado(a) para abordar este tema na sala de aula e na escola? Como lida com opiniões contrárias?
Sim. Procuro mediar um debate que colabora
25- Você se capacita nessas? Comente.
Não. Ao longo da minha prática docente, aprendi a conviver com a diversidade, seja a étnica, seja a sexual, política, etc.

Fonte: Arquivo da pesquisa 2026

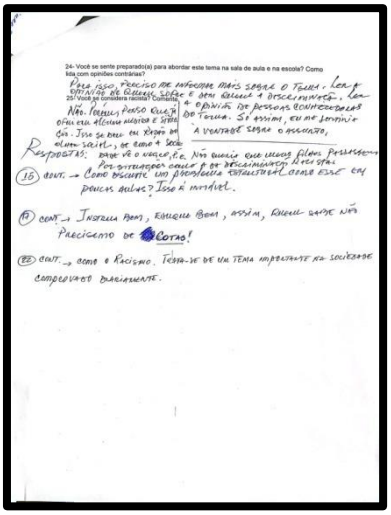
Neste arquivo podemos destacar o relato do professor quando dialoga e introduz a educação antirracista ao abordar desigualdade social relacionando com autores como Djamila Ribeiro, Darcy Ribeiro e contextualiza com Milton Santos, na interdisciplinaridade quando faz a junção de Geografia, História e Sociologia integrando essas disciplinas para aprimorar os conhecimentos dos discentes.

No seu conhecimento sobre a Lei de Injúria Racial, embora o participante reconheça a relevância da temática para enfrentamento das desigualdades raciais declarou não participar de cursos de formação de professores voltadas para esta temática na qual abre uma lacuna porque o não aprimoramento das práticas pedagógicas antirracista para se aperfeiçoar e atualizar nas questões étnico-raciais é necessário como ponto estratégico para o avanço de letramento racial e internalização da temática étnico-racial, logo uma educação que não reconhece, valoriza e também não aprofunda esses conhecimentos.

Na sequência, apresenta-se a análise do formulário respondido pelo professor de Língua Portuguesa, identificado nesta pesquisa como participante como B.

B

ISSN: 2358-8829



24- Você se sente preparado(a) para abordar este tema na sala de aula e na escola? Como lida com opiniões contrárias?

Para isso, precisa me informar mais sobre o tema. Ler a opinião de outros sobre e ter clareza e discernimento. Com relação a opiniões contrárias do tema. Só assim, eu me sentiria à vontade sobre o assunto.

25- Você se considera racista? Comente.

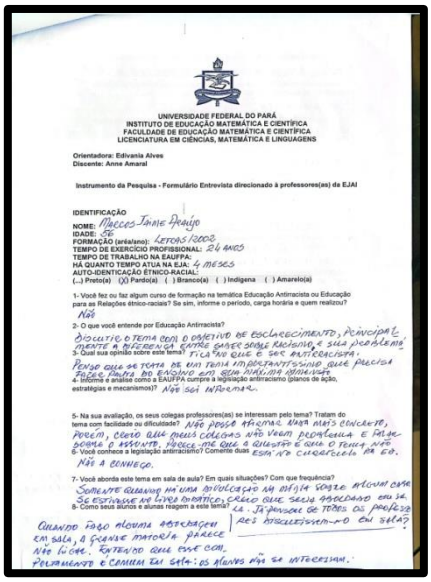
Não. Penso, penso que já fui em alguns outros e sinto que já fiz ou disse em razão de algum tipo, ou como é socialmente aceito.

Respostas: pode vir o vago, i.e. Não quero que meus filhos passem por situações como o preconceito racial como esse em poucas aulas? Isso é inviável.

(15) cont. → Como discutir tão profundo problema estrutural como esse em poucas aulas? Isso é inviável.

(16) cont. → Instrua bem, explique bem, assim, quem sabe não precisemos de Cotas!

(22) cont. → como o Racismo. Trata-se de um tema importante na sociedade contemporânea brasileira.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E LINGUAGENS

Orientadora: Edivania Alves
Discente: Anne Amaral

Instrumento da Pesquisa - Formulário Entrevista direcionado à professores(as) de EJAI

IDENTIFICAÇÃO
NOME: Marcos Jamie Araújo
IDADE: 36
FORMAÇÃO (área/ano): Letras/2002.
TEMPO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL: 24 anos
TEMPO DE TRABALHO NA EAUFPA:
HÁ QUANTO TEMPO ATUA NA EJA: 4 meses
AUTO-IDENTIFICAÇÃO ETNICO-RACIAL:
( ) Preto(a) (X) Pardo(a) ( ) Branco(a) ( ) Indígena ( ) Amarelo(a)

1- Você fez ou faz algum curso de formação na temática Educação Antirracista ou Educação para as Relações étnico-raciais? Se sim, informe o período, carga horária e quem realizou?
Não

2- O que você entende por Educação Antirracista?
Discutir o tema com o objetivo de esclarecimento, principalmente a referência entre fatos sobre racismo, e sua problemática

3- Qual sua opinião sobre este tema? Ficção que é sem interesse.

Penso que se trata de um tema importantíssimo que precisa fazer parte do ensino em seu máximo níveis.

4- Informe a análise como a EAUFPA cumpre a legislação antirracismo (planos de ação, estratégias e mecanismos)? Não sei informar.

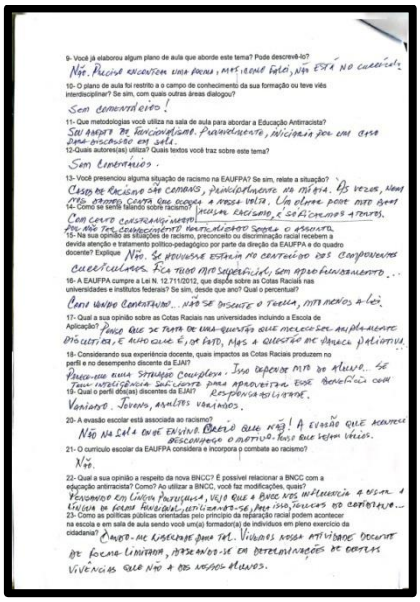
5- Na sua avaliação, os seus colegas professores(as) se interessam pelo tema? Tratam do tema com facilidade ou dificuldade? Não posso afirmar, mas mas concreto, porém, creio que meus colegas não veem problema e falar sobre o assunto. Parece-me que a questão é que o tema não esta no currículo da ED.

6- Você conhece a legislação antirracismo? Comente duas
Não a conheço.

7- Você aborda este tema em sala de aula? Em quais situações? Com que frequência?
Somente quando há uma discussão ou dúvida sobre algum conteúdo. Se estivesse no livro didático, creio que seria abordado com mais frequência.

8- Como seus alunos e alunas reagem a este tema? Há silêncio ou há preconceito ou discriminação?

Quando faço alguma abordagem em sala, a grande maioria parece não ligar. Entendo que esse com. Pensamento é comum em sala: os alunos não se interessam.



9- Você já elaborou algum plano de aula que aborde este tema? Pode descrevê-lo?
Não. Precisa incentivar uma escola, mas, acho falo, não está no currículo.

10- O plano de aula foi restrito a o campo de conhecimento da sua formação ou teve viés interdisciplinar? Se sim, com quais outras áreas dialogou?
Sem comentários!

11- Que metodologias você utiliza na sala de aula para abordar a Educação Antirracista?
Sou adepto de funcionalismo. Pausadamente, iniciaria por um caso para discussão em sala.

12-Quais autores(as) utiliza? Quais textos você traz sobre este tema?
Sem comentários.

13- Você presenciou alguma situação de racismo na EAUFPA? Se sim, relate a situação?
Casos de racismo são comuns, principalmente no início. Às vezes, mas não sabemos contra que escola a nossa volta. Um olhar pode não ser racismo, mas pode ser considerado racismo, e só saberemos a tempo.

14- Como se sente falando sobre racismo?
Com certo constrangimento, por não ter conhecimento mais adequado sobre o assunto.

15- Na sua opinião as situações do racismo, preconceito ou discriminação racial recebem a devida atenção e tratamento político-pedagógico por parte da direção da EAUFPA e do quadro docente? Explique Não. Se houvesse estaria no centro dos componentes curriculares. Fica tudo mto superficial, sem aprofundamento...

16- A EAUFPA cumpre a Lei N. 12.711/2012, que dispõe sobre as Cotas Raciais nas universidades e institutos federais? Se sim, desde que ano? Qual o percentual?
Creio ainda comentário... não se discute o tema, mto menos a lei.

17- Qual a sua opinião sobre as Cotas Raciais nas universidades incluindo a Escola de Aplicação? Penso que se trata de uma questão que merece ser amplamente discutida, e acho que é, de fato, mas a questão de vaga política.

18- Considerando sua experiência docente, quais impactos as Cotas Raciais produzem no perfil e no desempenho discente da EJAI?
Penso ser uma questão complexa. Isso depende mto do aluno. Se tem inteligência suficiente para aproveitar esse benefício com

19- Qual o perfil do(as) discentes da EJAI? Responsabilidade.
Variado. Jovens, adultos variados.

20- A evasão escolar está associada ao racismo?
Não na EJA. Ou de evasão! Acredito que não! A evasão que acontece é descontrole o motivo. Tenho que vejam vários.

21- O currículo escolar da EAUFPA considera e incorpora o combate ao racismo?
Não.

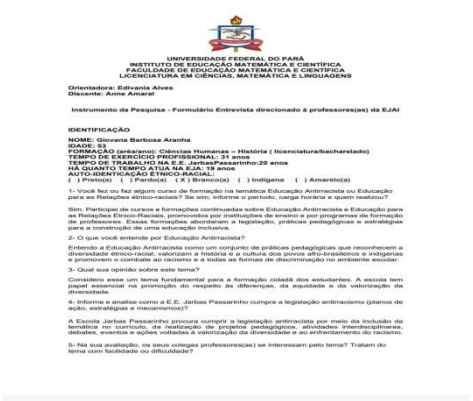
22- Qual a sua opinião a respeito da nova BNCC? É possível relacionar a BNCC com a educação antirracista? Como? Ao utilizar a BNCC, você faz modificações, quais?
Pensando em Língua Portuguesa, vejo que a BNCC nos influencia a usar a Língua de forma funcional, letrando-se, para isso, focados no contexto...

23- Como as políticas públicas orientadas pelo princípio da reparação racial podem acontecer na escola e em sala de aula sendo você um(a) formador(a) de indivíduos em pleno exercício da cidadania? Quanto-me limitado pela TPL. Vivemos nossa atividade docente de forma limitada, atendendo-se em determinações de certas vivências que não a nossas alunos.

O formulário respondido pelo professor de Língua Portuguesa, identificado nesta pesquisa como Professor B, evidencia o desconhecimento das legislações que orientam a educação para as relações étnico-raciais, especialmente as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Em suas respostas, o docente afirma não desenvolver práticas pedagógicas voltadas à temática antirracista, justificando essa ausência pelo fato de o conteúdo não estar contemplado no currículo da escola. Esse posicionamento suscita uma reflexão acerca da importância do conhecimento da legislação educacional e do compromisso docente com a promoção de uma educação antirracista. Além disso, evidencia a necessidade de ampliar as discussões sobre as relações étnico-raciais no planejamento pedagógico e no currículo escolar, de modo a contribuir para o reconhecimento e a valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena.

Posteriormente o formulário respondido pela docente de História representada pela letra C.

C)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E LINGUAGENS

Orientadora: Edivania Alves
Discente: Anne Amaral

Instrumento da Pesquisa - Formulário Entrevista direcionado à professores(as) da EJAI

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Giovana Barbosa Aranha
IDADE: 53
FORMAÇÃO (área/ano): Ciências Humanas – História (licenciatura/bacharelado)
TEMPO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL: 31 anos
HÁ QUANTO TEMPO ATUA NA E.E. Jarbas Passarinho:20 anos
HÁ QUANTO TEMPO ATUA NA EJA: 19 anos
AUTO-IDENTICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL:
( ) Preto(a) ( ) Pardo(a) (X) Branco(a) ( ) Indígena ( ) Amarelo(a)

1- Você fez ou faz algum curso de formação na temática Educação Antirracista ou Educação para as Relações étnico-raciais? Se sim, informe o período, carga horária e quem realizou?

Sim. Participei de cursos e formações continuadas sobre Educação Antirracista e Educação para as Relações Étnico-Raciais, promovidos por instituições de ensino e por programas de formação de professores. Essas formações abordaram a legislação, práticas pedagógicas e estratégias para a construção de uma educação inclusiva.

2- O que você entende por Educação Antirracista?

Entendo a Educação Antirracista como um conjunto de práticas pedagógicas que reconhecem a diversidade étnico-racial, valorizam a história e a cultura dos povos afro-brasileiros e indígenas e promovem o combate ao racismo e a todas as formas de discriminação no ambiente escolar.

3- Qual sua opinião sobre este tema?

Considero essa um tema fundamental para a formação cidadã dos estudantes. A escola tem papel essencial na promoção do respeito às diferenças, da equidade e da valorização da diversidade.

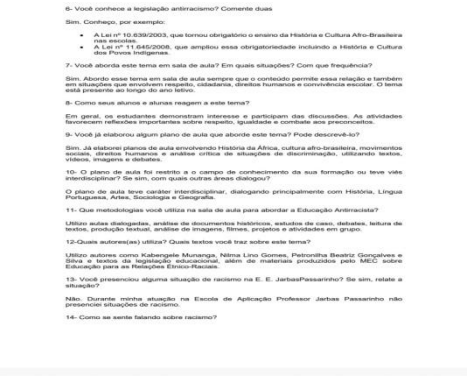
4- Informe e analise como a E.E. Jarbas Passarinho cumpre a legislação antirracismo (planos de ação, estratégias e mecanismos)?

A Escola Jarbas Passarinho procura cumprir a legislação antirracista por meio da inclusão da temática no currículo, da realização de projetos pedagógicos, atividades interdisciplinares, debates, eventos e ações voltadas à valorização da diversidade e ao enfrentamento do racismo.

5- Na sua avaliação, os seus colegas professores(as) se interessam pelo tema? Tratam do tema com facilidade ou dificuldade?



Na minha avaliação, a maioria dos colegas demonstra interesse pelo tema. Alguns abordam o assunto com maior facilidade devido à experiência e à formação específica, enquanto outros ainda buscam ampliar seus conhecimentos por meio da formação continuada.



6- Você conhece a legislação antirracismo? Comente duas

Sim. Conheço, por exemplo:

- A Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas.
- A Lei nº 11.645/2008, que ampliou essa obrigatoriedade incluindo a História e Cultura dos Povos Indígenas.

7- Você aborda este tema em sala de aula? Em quais situações? Com que frequência?

Sim. Abordo esse tema em sala de aula sempre que o conteúdo permite essa relação e também em situações que envolvem respeito, cidadania, direitos humanos e convivência escolar. O tema está presente ao longo do ano letivo.

8- Como seus alunos e alunas reagem a este tema?

Em geral, os estudantes demonstram interesse e participam das discussões. As atividades favorecem reflexões importantes sobre respeito, igualdade e combate aos preconceitos.

9- Você já elaborou algum plano de aula que aborde este tema? Pode descrevê-lo?

Sim. Já elaborei planos de aula envolvendo História da África, cultura afro-brasileira, movimentos sociais, direitos humanos e análise crítica de situações de discriminação, utilizando textos, vídeos, imagens e debates.

10- O plano de aula foi restrito a o campo de conhecimento da sua formação ou teve viés interdisciplinar? Se sim, com quais outras áreas dialogou?

O plano de aula teve caráter interdisciplinar, dialogando principalmente com História, Língua Portuguesa, Artes, Sociologia e Geografia.

11- Que metodologias você utiliza na sala de aula para abordar a Educação Antirracista?

Utilizo aulas dialogadas, análise de documentos históricos, estudos de caso, debates, leitura de textos, produção textual, análise de imagens, filmes, projetos e atividades em grupo.

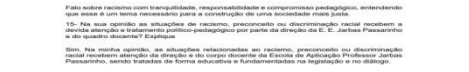
12-Quais autores(as) utiliza? Quais textos você traz sobre este tema?

Utilizo autores como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e textos da legislação educacional, além de materiais produzidos pelo MEC sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais.

13- Você presenciou alguma situação de racismo na E. E. JarbasPassarinho? Se sim, relate a situação?

Não. Durante minha atuação na Escola de Aplicação Professor Jarbas Passarinho não presenciei situações de racismo.

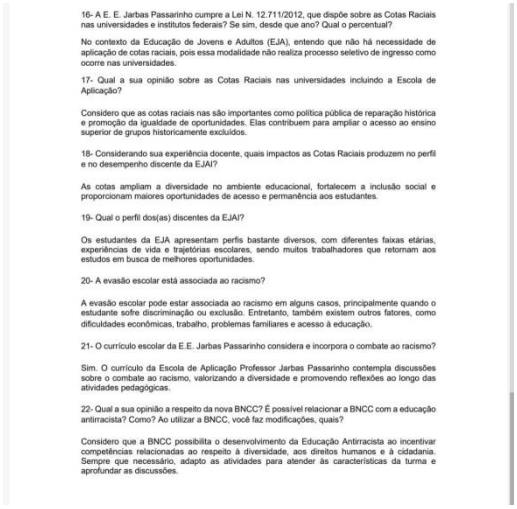
14- Como se sente falando sobre racismo?



Falo sobre racismo com tranquilidade, responsabilidade e compromisso pedagógico, entendendo que esse é um tema necessário para a construção de uma sociedade mais justa.

15- Na sua opinião as situações de racismo, preconceito ou discriminação racial recebem a devida atenção e tratamento político-pedagógico por parte da direção da E. E. Jarbas Passarinho e do quadro docente? Explique

Sim. Na minha opinião, as situações relacionadas ao racismo, preconceito ou discriminação racial recebem atenção da direção e do corpo docente da Escola de Aplicação Professor Jarbas Passarinho, sendo tratadas de forma educativa e fundamentadas na legislação e no diálogo.



16- A E. E. Jarbas Passarinho cumpre a Lei N. 12.711/2012, que dispõe sobre as Cotas Raciais nas universidades e institutos federais? Se sim, desde que ano? Qual o percentual?

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), entendo que não há necessidade de aplicação de cotas raciais, pois essa modalidade não realiza processo seletivo de ingresso como ocorre nas universidades.

17- Qual a sua opinião sobre as Cotas Raciais nas universidades incluindo a Escola de Aplicação?

Considero que as cotas raciais nas são importantes como política pública de reparação histórica e promoção da igualdade de oportunidades. Elas contribuem para ampliar o acesso ao ensino superior de grupos historicamente excluídos.

18- Considerando sua experiência docente, quais impactos as Cotas Raciais produzem no perfil e no desempenho discente da EJAI?

As cotas ampliam a diversidade no ambiente educacional, fortalecem a inclusão social e proporcionam maiores oportunidades de acesso e permanência aos estudantes.

19- Qual o perfil dos(as) discentes da EJAI?

Os estudantes da EJA apresentam perfis bastante diversos, com diferentes faixas etárias, experiências de vida e trajetórias escolares, sendo muitos trabalhadores que retornam aos estudos em busca de melhores oportunidades.

20- A evasão escolar está associada ao racismo?

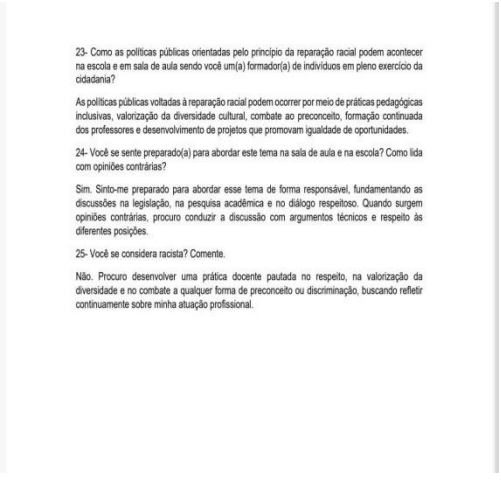
A evasão escolar pode estar associada ao racismo em alguns casos, principalmente quando o estudante sofre discriminação ou exclusão. Entretanto, também existem outros fatores, como dificuldades econômicas, trabalho, problemas familiares e acesso à educação.

21- O currículo escolar da E.E. Jarbas Passarinho considera e incorpora o combate ao racismo?

Sim. O currículo da Escola de Aplicação Professor Jarbas Passarinho contempla discussões sobre o combate ao racismo, valorizando a diversidade e promovendo reflexões ao longo das atividades pedagógicas.

22- Qual a sua opinião a respeito da nova BNCC? É possível relacionar a BNCC com a educação antirracista? Como? Ao utilizar a BNCC, você faz modificações, quais?

Considero que a BNCC possibilita o desenvolvimento da Educação Antirracista ao incentivar competências relacionadas ao respeito à diversidade, aos direitos humanos e à cidadania. Sempre que necessário, adapto as atividades para atender às características da turma e aprofundar as discussões.



23- Como as políticas públicas orientadas pelo princípio da reparação racial podem acontecer na escola e em sala de aula sendo você um(a) formador(a) de indivíduos em pleno exercício da cidadania?

As políticas públicas voltadas à reparação racial podem ocorrer por meio de práticas pedagógicas inclusivas, valorização da diversidade cultural, combate ao preconceito, formação continuada dos professores e desenvolvimento de projetos que promovam igualdade de oportunidades.

24- Você se sente preparado(a) para abordar este tema na sala de aula e na escola? Como lida com opiniões contrárias?

Sim. Sinto-me preparado para abordar esse tema de forma responsável, fundamentando as discussões na legislação, na pesquisa acadêmica e no diálogo respeitoso. Quando surgem opiniões contrárias, procuro conduzir a discussão com argumentos técnicos e respeito às diferentes posições.

25- Você se considera racista? Comente.

Não. Procuro desenvolver uma prática docente pautada no respeito, na valorização da diversidade e no combate a qualquer forma de preconceito ou discriminação, buscando refletir continuamente sobre minha atuação profissional.

Em relação ao formulário respondido pela professora de História, observa-se uma perspectiva diferente daquela apresentada pelo professor de Língua Portuguesa. A docente demonstra conhecimento acerca da educação antirracista, mencionando autores como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Petrolina Beatriz e Silva, que contribuem para as discussões sobre as relações étnico-raciais, além de relatar sua participação em cursos e formações continuadas voltados à temática. Suas respostas evidenciam a importância da formação docente, tanto inicial quanto continuada, para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com o enfrentamento do racismo e a valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena. Nesse sentido, sua experiência permite refletir sobre o papel da formação profissional na efetivação de uma educação antirracista no contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa em uma escola pública de Belém do Pará, na modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), possibilitou importantes reflexões acerca dos desafios que permeiam o desenvolvimento de pesquisas no contexto escolar, especialmente quando estas envolvem a formação docente e a promoção de uma educação antirracista. Ao longo do percurso investigativo, foram enfrentadas barreiras institucionais e dificuldades de diálogo com parte do corpo escolar, situações que, em diversos momentos, provocaram sentimentos de limitação e desvalorização enquanto pesquisadora em formação. Esses obstáculos interferiram diretamente no andamento das atividades previstas, impossibilitando que algumas etapas fossem realizadas conforme o cronograma inicialmente estabelecido.

Apesar das dificuldades, a experiência permitiu compreender que a pesquisa no espaço escolar não depende apenas do planejamento metodológico, mas também das relações institucionais, da abertura ao diálogo e da colaboração entre os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, os desafios enfrentados evidenciaram a importância de fortalecer a relação entre universidade e escola básica, de modo que a presença de pesquisadores seja compreendida como uma oportunidade de troca de conhecimentos, reflexão sobre as práticas pedagógicas e construção coletiva de saberes.

Ressalta-se que as dificuldades encontradas não anulam a relevância da pesquisa, mas revelam aspectos importantes das condições concretas em que o trabalho científico se desenvolve nas instituições públicas de ensino. A experiência também contribuiu para minha formação acadêmica e profissional, ao exigir capacidade de adaptação, reflexão crítica e persistência diante dos limites encontrados no campo de pesquisa.

Por fim, reafirma-se a importância de desenvolver estudos que contribuam para a construção de uma educação antirracista na EJAI, considerando as experiências, os conhecimentos e as trajetórias dos sujeitos que constituem essa modalidade de ensino.

Espera-se que as reflexões construídas ao longo deste percurso possam contribuir para o debate sobre a formação de professores e para o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade étnico-racial e com o enfrentamento do racismo no ambiente escolar.

Palavras-chave: EJAI; Educação Antirracista, Práticas Pedagógicas, Formação de Professores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Edivania Alves por todos os ensinamentos, orientações e aprendizados, que constituíram alicerces fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa realizada na modalidade EJAI. Sua contribuição foi essencial para minha formação acadêmica e para a construção dos conhecimentos que fundamentaram este trabalho. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), por meio da Universidade Federal do Pará (UFPA), no curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens, oportunidade que contribuiu significativamente para meu crescimento acadêmico, científico e profissional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 08 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008**. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 23 out. 2026. Acesso em: 08 ago. 2025

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação. Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 62-74, maio/ago. 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98–109, jan./abr. 2012.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. São Paulo: Zahar, 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Educação, pedagogia, histórico- crítica e BNCC**- 1ª ed. -- São Paulo: Expressão Popular, 2025.